

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8.....	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9.....	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10.....	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11.....	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12.....	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13.....	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14.....	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15.....	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE	
Rafaela Lourenço da Silva	
Alexandra Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16.....	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA	
Dandara Vicente Soares	
DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Dandara Vicente Soares

Universidade Federal Fluminense

Niterói – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/5051210070964532>

RESUMO: O presente artigo visa analisar a atuação das Mães de Acari, cujos filhos foram assassinados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em julho de 1990. Este grupo nasceu após uma chacina ocorrida em um sítio em Magé, município pertencente à Baixada Fluminense. Onze jovens negros moradores da Favela de Acari, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, foram brutalmente assassinados por um grupo de extermínio – Cavalos Corredores – e seus corpos foram depositados clandestinamente em alguns pontos da cidade de Magé, segundo as investigações oficiais policiais e aquelas paralelas empreendidas pelas mães. Essas mulheres, ao longo de sua peregrinação por justiça e memória de seus filhos e pelo direito de os enterrar, acionam as instituições dos poderes legislativo e judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), fóruns e tribunais. A metodologia empregada para a realização da pesquisa consiste em três etapas: levantamento bibliográfico; leituras da bibliografia levantada; e idas ao campo (ALERJ; favelas; eventos em universidades). As conclusões preliminares do

trabalho são: a luta dessas mães consiste em buscar os corpos dos filhos, em um primeiro momento. Em um segundo momento, elas focam em cobrar do estado a punição dos assassinos de seus filhos. A pergunta motivadora do trabalho é: qual a eficácia desses espaços para a concretização do propósito da luta destas mães por justiça para seus filhos?

PALAVRAS - CHAVE: Chacinas – desaparecidos – vítimas de Estado – mães – RJ.

MOTHERS OF ACARI'S STRUGGLE FOR JUSTICE

ABSTRACT: The present article aims to analyze Acari's Mother acting, whose sons and daughters were murdered by Rio de Janeiro State Military Police in July 1990. It was born after a slaughter occurred on one site in Magé, county belonged to Baixada Fluminense. Eleven young people who lived in Acari Slum, localized in the North Zone of Rio de Janeiro city, were brutally murdered by a death squad – Horse Runners – and their bodies were clandestinely placed in some places of Magé city, according to the police official investigations and those parallels undertaken by mothers. These women, along their pilgrimage for justice and memory of their sons and daughters and for the right to bury them, trigger the institutions from Legislative and Judiciary powers from Rio de Janeiro State: Rio de Janeiro State Assembly, forums and courts. The methodology used to carry out the research consists of three stages: bibliographic survey; bibliography readings; and journeys to the fields (ALERJ; slums; events in universities). The work's preliminary conclusions are: mothers' struggle consists of seeking their

sons and daughters' bodies, at first moment. At the second moment, they focus on charging the state with punishment for murderers of this barbarian crime. The motivating question is: what is the effectiveness of these spaces for the embodiment of the purpose of these mothers' fight for justice for their sons and daughters?

KEYWORDS: slaughter – disappeared – mothers – victims of the State - RJ.

INTRODUÇÃO

Na noite de 26 de julho de 1990, policiais militares que compunham um grupo de extermínio conhecido à época como Cavalos Corredores, adentraram um sítio no bairro de Suruí, em Magé, assassinaram e sequestraram onze jovens negros. Os Cavalos Corredores eram comandados pelo coronel Emir Campos Laranjeira. O grupo foi criado para combater o tráfico de drogas.

Os jovens assassinados são: Rosana Souza Santos, 17 anos; Cristiane Souza Leite, 17 anos; Luiz Henrique da Silva Eusébio, 16 anos; Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, 32 anos; Hudson de Oliveira Silva, 16 anos; Edson Souza Costa, 16 anos; Antônio Carlos da Silva, 17 anos; Hédio Oliveira do Nascimento, 30 anos; Moisés Santos Cruz, 26 anos; Wallace Oliveira do Nascimento, 17 anos; e Viviane Rocha da Silva, 13 anos.

Listar os nomes deles não é um mero detalhe, uma vez que ao relatar o que ocorre com seus filhos, toda mãe cujo filho foi vítima da violência do Estado começa sua fala em eventos públicos, tais como audiências públicas, tribunais e atividades em favelas e em universidades com o nome de sua prole e a trajetória de vida dele. Uma das Mães de Manguinhos, Ana Paula Oliveira, foi a uma atividade na Universidade Federal Fluminense em outubro de 2019 – intitulado “Seminário Memórias, Reparação e Direitos”, no qual eu estava presente. Neste evento, Ana Paula iniciou seu relato com o nome completo de seu filho, a idade quando ele havia sido morto, o local do assassinato e como ocorreu. Monica Cunha, mãe de Rafael da Silva Cunha, fundadora e coordenadora do Movimento Moleque, conta em outra atividade, ocorrida em outubro do mesmo ano na FAETEC Adolpho Bloch, que as Mães de Acari também traçam esse percurso em suas explicações. A própria Monica, ao expor a caminhada de seu filho, elenca tais elementos presentes na fala de Ana Paula e nas das Mães de Acari. Daí se conclui que esse tipo de construção de narrativa é comum ao conjunto de mães que tiveram seus filhos assassinados e/ou desaparecidos.

Três garotos fugiram ao saber que estavam sendo procurados: Moisés, Luiz Carlos e Wallace do Nascimento. Juntamente com eles, foram para o sítio aqueles supracitados e também Rubens Ramos da Silva, 25 anos, o qual foi a Magé e voltou um dia antes do sequestro. O sítio pertencia à família de Wallace e se encontrava na Estrada Fim da Picada, descrita por Nobre (1994) como uma “região inóspita, com poucas moradias, que se destacava no noticiário policial como área dominada pelos grupos de extermínio” (NOBRE, 1994, p. 28).

A Baixada Fluminense está inserida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro,

e reúne treze municípios conforme o registro da administração pública, como explicita Rodrigues (2017). O autor traça uma perspectiva histórica para explicar a violência que a Baixada vive, expondo a “articulação entre grupos criminosos organizados e segmentos da sociedade formal (comerciantes, empresários, etc.) e por uma forte influência do crime na política local” existente nesse território (RODRIGUES, 2017, p. 105), o que vai de encontro com o caso estudado, no qual um detetive-inspetor da Polícia Civil, afastado por causa de vários processos, chamado João da Silva Bistene – ou Peninha – era um forte suspeito de participação nesse crime bárbaro e foi assassinado em junho de 1991 no bairro da Ilha do Governador, evidenciando a relação entre crime, violência e política nessa área. Ele era velho conhecido da comunidade de Acari, acusado do sequestro e assassinato de um deficiente mental e de um comerciante (irmão do traficante Cy de Acari). Denúncias anônimas diziam que os rapazes e as moças teriam estado no sítio de Peninha em Magé até o pagamento de resgate ser efetuado. Outro motivo para ligar Peninha ao crime é o fato dele ter reservado seis sepulturas no Cemitério Municipal de Magé, porém a suspeita não pôde ser posta à prova porque a caixa de registros dos sepultamentos tinha sido destruída em um incêndio acidental.

Esta é uma região conhecida por ser escolhida por grupos de extermínio como sede de cemitérios clandestinos, uma vez que ali o Estado não garante direitos civis e sociais, se tornando uma localidade inóspita e repleta de problemas estruturais, como ausência de saneamento básico, esgoto não tratado, calçamento deficiente, difícil acesso por causa de transporte precarizado, dentre outros fatores. Em relação à Chacina de Acari, os corpos dos jovens foram espalhados por lugares do município de Magé, dificultando as buscas do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar.

Os jovens eram moradores da Favela de Acari e adjacências, por isso o caso ficou conhecido como Chacina de Acari. Deste evento trágico, nasceu o movimento de Mães de Acari, composto pelas mães das onze moças e rapazes assassinados.

A Favela de Acari é um conjunto existente entre os bairros de Acari e Irajá, formado por sete favelas (Parque Proletário Acari, Parmalat, Parque Columbia, Beira Rio, Vila Esperança, Coroado ou Vila Rica e Fim do Mundo), além do entorno do Conjunto Habitacional Amarelinho. Christina Vital (2015) relata que a Favela de Acari surge nos anos 1940 fruto de um Parque Proletário, projetado para a ocupação do território por trabalhadores de uma fábrica de tecidos. Apesar de fechada a fábrica, os moradores ali permaneceram. Ela é conhecida nacional e internacionalmente por causa de acontecimentos negativos, como tráfico de drogas, a Chacina de Acari e a Feira de Acari, também conhecida como Robauto, pois lá se vendiam produtos roubados.

Segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP) em seu estudo Uma Análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro, baseado no último censo brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a região da Pavuna, na qual o bairro de Acari está circunscrito, apresenta

um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixíssimo. Esta se posiciona no décimo lugar dentre 11 regiões da cidade do Rio de Janeiro mapeadas por este documento. O censo 1991, o primeiro da série histórica do IBGE, e o mais próximo à data da chacina, mostra que Acari ocupava a 126ª colocação, isto é, último lugar dentre todos os bairros da capital do Estado do Rio de Janeiro.

Os números revelam duas constatações: a primeira é que a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma alta desigualdade social, como coloca Cunha (2015). Em 1991, o bairro com IDH mais alto era a Gávea. Em 2010, há uma mudança no diagnóstico do censo, passando a interessar para o IBGE a medição comparativa entre as regiões da cidade e não mais entre os bairros. Vemos, portanto, que a Zona Sul da cidade ocupa a primeira posição do ranking.

A segunda é que o governo do Estado do Rio de Janeiro – historicamente - ingressa nas favelas e periferias com seu aparato policial. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro provém da Guarda Imperial, criada pela Família Imperial Portuguesa para capturar negros advindos de diversos países da África e que eram subjugados no Brasil colonial e imperial como força de trabalho escravizada.

As antropólogas Das e Poole (2008) expõem o conceito de “margens”. As autoras trabalham com a Antropologia das margens, que segundo elas “ofrece uma perspectiva única para compreender al estado, no porque capture prácticas exóticas, sino porque sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es a la regla” (DAS e POOLE, 2008, p. 20). As estudiosas (2008) entendem que a relação estabelecida entre violência e as funções que ordenam o estado são o ponto chave para se compreender o problema das margens. Elas citam Weber e sua definição de estado: esta entidade detém o monopólio legítimo da violência. Daí se entende porque as margens são impostas pelo estado. Das e Poole estabelecem três usos de “margens”, como menciona Feltran (2010): “margens da legalidade oficial; margens da legibilidade estatal (por referência à burocracia escrita); e margens da normalidade (relação entre corpos, lei e disciplina), tendo por referência o biopoder foucaultiano” (FELTRAN, 2010, p. 203). Lendo Das e Poole se apreende o motivo de o Estado brasileiro se utilizar de termos como “marginalizados” para justificar o uso da violência em territórios de favela e periferia.

PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO DE 1970 A 1990

Entre 1968 e 1973, no auge da ditadura civil-militar, o Brasil passou pelo designado “milagre econômico”, durante os governos de Artur Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici. Dentre os variados fatores, Veloso, Villela e Giambiagi (2008) destacam que a conjuntura econômica externa favorável e as variáveis de política econômica foram pouco determinantes para o “milagre” ocorrer. Já o efeito das reformas institucionais estabelecidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) anterior – Castello Branco foram

bastante relevantes para o período bem-sucedido economicamente já citado. A década de 1970 apresentou números na economia de crescimento do PIB e de emprego e renda estáveis. No plano econômico, os anos 1980 são conhecidos como a década perdida, por apresentar uma estagnação da economia com alta inflação, desemprego alto e renda baixa, o que se estende aos anos 1990, pois os últimos governos militares e o governo de transição de José Sarney não obtiveram êxito em suas projeções e política econômicas.

Politicamente, o Brasil passava por um período de muita repressão, com prisão em massa de opositores políticos. Entre 1968 e 1973, vivenciamos os Anos de Chumbo, momento em que houve os mais absurdos casos de violação dos direitos humanos da 6 época ditatorial. Paralelo a isso, nascia nos anos 1970 o Comando Vermelho, facção que até os dias de hoje hegemoniza o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro.

O Brasil do ano de 1990, quando acontece a Chacina de Acari, vivia o período de transição da ditadura civil-militar instalada em 1964 para o período democrático iniciado em 1985. Politicamente, o país inspirava uma instabilidade existente em um momento de transição, com a ascensão de Fernando Collor de Mello ao cargo mais alto do Executivo Nacional no dia 15 de março de 1990. Este era o primeiro presidente eleito por voto popular após 21 anos de regime ditatorial. Collor de Mello não era conhecido pela grande população, mas ao mesmo tempo ofereceu uma esperança em seus eleitores de que estes teriam emprego e renda estabilizados.

Entretanto, no segundo dia de governo, Collor lança o Plano Brasil Novo – o famoso Plano Collor –, colocando em prática as reformas econômicas e planos de estabilização da inflação que prometeu e que são bastante necessários à população, sobretudo a periférica e de comunidades. Sua política econômica não deu certo, pois os brasileiros continuavam sentindo a recessão em seus bolsos. Aliado a isso, o confisco das cadernetas de poupança pelo governo federal frustrou as esperanças iniciais em um novo momento do país, onde a estabilidade seria alcançada.

O país chega em 1990 assolado por uma grave crise político-econômica. Gabriel Feltran (2010) coloca o desemprego estrutural como fundamental para entender o mercado de trabalho popular dos anos 1990, uma vez que o país enfrentava crises de emprego, algo que atinge em cheio a juventude, como a que se encontra em Acari, onde três dos jovens assassinados e desaparecidos eram acusados de roubo de caminhão de carga, o que faziam porque não tinham emprego formal. Aqui há outra problemática: o roubo de caminhão de carga vinha sendo acobertado pelos policiais do 9º BPM de Rocha Miranda, os quais cobravam propina para acobertar tal crime.

Nobre (1994) destaca que as empresas da cidade do Rio de Janeiro estavam demitindo os trabalhadores, ação fruto da recessão: “os mais atingidos eram os moradores da periferia da cidade” (NOBRE, 1994, p.19).

O Rio de Janeiro não está descolado do que acontece no resto do país durante a década em 1990. O Estado do Rio de Janeiro era governado por Moreira Franco no

ano da Chacina. No campo da segurança pública, o ex-governador prometeu, ao longo da campanha eleitoral, acabar com a violência do estado em seis meses. Nesse período (1987-1990), o governo estimulava a repressão de policiais à criminalidade através de prêmios e promoções por bravura.

O tenente-coronel da Polícia Militar, Nilson Pinto Madureira, que trabalhou no 14º BPM, em Bangu, Zona Oeste do Rio, destacou que “esses estímulos levaram a corporação a adotar o critério de que a população era a grande inimiga, sobretudo a de baixa renda” (NOBRE, 1994, p.74). O oficial realizou um estudo – *A PM e as tensões sociais através de uma visão da comunidade do Rebu* – no qual descreve os resultados da política implementada pelo governo Moreira Franco para expurgar a violência do estado do Rio de Janeiro: os policiais militares entravam nas favelas, arrombavam as casas, o que gerava resistências tanto dos moradores quanto da corporação: as comunidades não colaboravam com a PM, e a PM via o favelado como um criminoso em potencial.

OS ANTECEDENTES DO CASO, O FATÍDICO DIA E O IMEDIATO DESENROLAR DA TRAGÉDIA

As chacinas, um tipo específico de violência – as quais são assassinatos coletivos de pessoas – começaram a ocorrer com bastante frequência em 1990, ganhando espaço no noticiário carioca, nacional e internacional.

Seis policiais militares do grupo Cavalos Corredores invadiram a casa de Edméia da Silva Eusébio, 47 anos, no dia 14 de julho de 1990, na favela de Acari. Havia três reféns: Edson Costa; Moisés Cruz; e Viviane da Silva, namorada de Luiz Henrique Eusébio, que não se encontrava ali. Uma moça identificada por Nobre (1994) por S. foi à casa de Edméia e quando saiu de lá um policial foi até ela e pediu que ela procurasse os traficantes para conseguir a propina de Cr\$5 milhões para que os reféns fossem libertados. S. pediu a Edson Cruz, irmão de Moisés, o qual falou com Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, ex-taxista e que junto com Moisés era perseguido por policiais por causa de assalto a caminhões de carga. Os dois propuseram a liberação dos reféns por Cr\$2 milhões e os PMs aceitaram. No entanto, faltaram Cr\$150 mil, os quais seriam pagos dois dias depois. Os policiais apareceram no dia combinado e S. disse a eles que o encarregado de entregar o dinheiro fora o advogado Salvador Meneses do Couto, que não estava na favela. Três 8 dias depois, um PM apareceu na casa de Edméia, disse que não tinha recebido o dinheiro ainda e que por isso ‘passaria o rodo’ em todo mundo.

No dia 26 de julho, os PMs entraram no sítio e sequestraram os onze jovens, incluindo Hédio do Nascimento, tio de Wallace. Os policiais pertenciam ao 9º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Rocha Miranda, apelidado à época de Triângulo das Bermudas: os detidos pelos PMs ligados ao Batalhão iam para lá e não eram mais vistos.

O taxista Carlos Roberto Lafuente Freire, o Beto, era conhecido pelo pessoal de Acari e inspirava confiança. Rubens e Wallace trataram com Beto dele levar parte dos onze jovens a Magé. Outra parte foi até Magé no Fiat Uno preto do sogro de Luiz Carlos. Beto se tornou o principal suspeito por envolvimento no sequestro, desde o início das investigações, tanto pelos parentes das vítimas quanto pela polícia, afinal ele conhecia muito bem a localização do sítio de onde os desaparecidos foram sequestrados. O taxista mentiu diversas vezes em seus depoimentos. Rubens – que não voltara a Magé com o restante das pessoas – era um segundo suspeito, pois alegou ter perdido a hora de voltar para o sítio, o que despertou a desconfiança dos policiais. Beto e ele poderiam ter levado os sequestradores ao sítio. Após o depoimento de Rubens, os policiais convocaram Beto a depor de novo, já sabendo que ele era informante da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC) e do 9º BPM. Finalmente, se confirmou que Beto participou do sequestro e ele foi indiciado. Em meados de 1992, havia boatos na favela de que Rubens tinha sido assassinado.

A conclusão mais óbvia desse caso foi o envolvimento de policiais civis e militares, principalmente do 9º BPM e da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC). Porém a Comissão Especial não tinha autonomia para intimá-los a depor, uma vez que instâncias superiores tinham que fornecer essa autorização. Além disso, um dispositivo do Código de Processo Penal respaldava a impunidade dos policiais: não havia provas – os cadáveres das onze pessoas – portanto não havia assassinato.

No início das investigações, o responsável por investigar o sequestro era o delegado titular da 69ª DP, em Magé, Heralmir Ramires Gomes. Com a pressão popular exercida pelas mães dos jovens, pelas organizações de direitos humanos e por parlamentares progressistas, o então secretário da Polícia Civil – delegado Heraldo Gomes – prometeu repassar o caso para a Comissão Especial, órgão que investigava 9 crimes que os grupos de extermínio praticavam nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP – foi um grande aliado na luta das Mães de Acari. Arcélio Faria José, integrante do Programa Racial do CEAP em 1990, e Ivanir dos Santos, secretário-executivo do CEAP à época da chacina, entraram em ação assim que souberam do ocorrido. Organizaram um protesto em frente à Secretaria de Polícia Civil, que contou com a participação de favelados, familiares dos sequestrados, políticos progressistas e militantes de entidades de direitos humanos. A partir daí, era nítido que as mães começavam a conhecer seus direitos e como a democracia brasileira usava suas armas políticas.

Arcélio levou a imprensa internacional para noticiar a tragédia ocorrida na favela de Acari e dar visibilidade ao caso. Os jornalistas estrangeiros se tornaram presença constante no momento imediato ao crime, o que colaborou para que os moradores passassem a lutar por seus direitos. A realidade da favela, entretanto, pouco mudou.

Paiva (2015), ao analisar a Chacina ocorrida na região da Grande Messejana, em

Fortaleza, verifica inicialmente o motivo da morte dos conhecidos como “bandidos” serem colocados pela sociedade como “normal”. Ele entende que a população, influenciada diretamente pelas notícias da mídia, não associa a morte dos “bandidos” à violência de imediato, assim que ouvem a notícia de uma chacina. Isso ocorre, segundo o autor, porque esses seres são matáveis, pois a “posição social do morto tem implicação no seu destino” (PAIVA, 2015, p. 271).

É interessante notar, entretanto, que na reportagem intitulada “Mistério no sumiço de 11 jovens em Magé”, do dia 04 de agosto de 1990, do Jornal O Globo, veículo de imprensa com circulação nacional, os desaparecidos são citados como “jovens” e o grupo de extermínio como “criminosos”. O Jornal O Globo apoiou as vítimas do caso de Acari, humanizando essas pessoas e indo contra, no pano de fundo, à política de segurança pública implementada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, ao colocar os PMs como “criminosos”. Desta forma, o jornal assumia sua posição política contra uma política que não estava funcionando, pois os índices de violência não abaixaram conforme o prometido por Moreira Franco em sua campanha eleitoral de 1986. Ainda segundo a notícia, “os outros jovens teriam sido mortos como “queima de arquivo” (O GLOBO, 1990, p.13). Portanto, a opinião do jornal se dá não porque os jornalistas e 10 donos das Organizações Globo defendem esses meninos e meninas, mas porque eles almejavam desqualificar a governança de Moreira Franco e posteriormente de Leonel Brizola, chefe do Executivo estadual entre 1991 e 1994.

Em 16 de maio de 1992, o mesmo jornal fez uma matéria com a manchete “Polícia procura ossada e acha leões em Magé”. O discurso do jornal quase dois anos depois da situação trágica mudou em relação à chamada dos partícipes do evento: os policiais de “criminosos” passaram a “policiais” na linguagem do veículo de comunicação. Naquele momento, cinco policiais militares, cinco civis e dois alcaguetes envolvidos diretamente no caso respondiam a um processo por extorsão, mas não por assassinato, sequestro e desaparecimento, pois para a delegacia de desaparecidos, se não há corpo, não há crime.

Após o assassinato de uma mãe em janeiro de 1993 – Edméia Eusébio – o acontecimento retomou o fôlego. Na reportagem “Chacina de Acari: Polícia acha ossadas”, de 17 de fevereiro de 1993, o jornal destaca que o Secretário de Polícia Civil do governo Brizola – Nilo Batista – recebeu um mapa juntamente com uma carta apontando o local das ossadas onde estariam os corpos de dois dos onze jovens. Ao se referir aos policiais, a linguagem se modifica mais uma vez, apontando os assassinos como “autores da chacina”.

O CAMINHO SEGUIDO PELAS MÃES

Após o impacto inicial da perda e para compensar a culpa que sentiam pelo ocorrido aos seus filhos, as mães começaram a se movimentar. Primeiro, realizaram reuniões para pensar seus passos: inicialmente elas se reuniam na casa de Edméia, em Acari. Em

seguida, começaram as buscas pelos corpos desaparecidos de seus entes, nos lugares onde possivelmente eles teriam passado. O trabalho de investigação das mães – paralelo às investigações das autoridades policiais – ganhou o apoio e a adesão dos moradores de Acari, os quais foram em busca de informações.

A partir do momento que conseguiram se organizar, as Mães de Acari montaram cinco caminhos que levavam a uma estratégia de como realizar uma denúncia pública, como pontua Araújo (2007): depoimentos que denunciavam o caso em diversos eventos; o luto reivindicativo transformado em luta por justiça; exposição ao mundo do caso através de denúncia à Anistia Internacional; levada do caso aos meios de comunicação em forma de denúncia; e a denúncia em livros.

As Mães de Acari passaram por diversos locais em vista de solucionar a questão e dar visibilidade a ela: idas a cemitérios clandestinos, penitenciárias; escavações em sítios e supostas covas; participação na novela da Rede Globo ‘Explode Coração’; participação em um show de Roberto Carlos; gravação de um clipe do músico Marcelo Yuka; aparições no programa da Rede Globo ‘Linha Direta’; e duas idas a Europa. A primeira em 1994 para participar de um Encontro de Mães a convite da então primeira-dama da França, Danielle Mitterrand, e a segunda em 1996 para realizar um tour político por seis países europeus, a convite da organização internacional Anistia Internacional.

A força dessas mulheres pobres e negras advinha da luta coletiva na qual se colocaram, marchavam com seu luto e sua sede por justiça, mas não por vingança, nem com o uso da violência para alcançar seu objetivo. Elas avançam pacificamente até seu propósito. O choque da perda as fez tornarem-se sujeitos políticos, como afirma Araújo, pois não tinham outra alternativa a não ser lutar pela solução, junto às autoridades, desse trágico acontecimento. Muitas mães morreram sem ver a justiça ser feita. A primeira a morrer foi Edméia da Silva Eusébio, mãe de Luiz Henrique Eusébio da Silva, 17 anos, assassinada no centro da cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro de 1993. Ela lutava por informações e punição dos Cavalos Corredores, apontados pelo Ministério Público como responsáveis pela chacina de Acari. Sua morte continua impune. Os sete suspeitos de seu assassinato ainda não foram julgados, apesar da campanha encampada pela Anistia Internacional para que isso aconteça.

As mães se colocam em situações nas quais suas dores possam ser expostas e materializadas concretamente, e como dizem Vianna e Farias (2011), para que aqueles que se encontram em lugares de poder as vejam, saibam que estão em luta por seus filhos, pois a morte de seus filhos não foi em vão e o recado mais explícito dessas mulheres é que seus filhos vivem na luta delas.

Com o evento brutal ocorrido em suas vidas, as mães saem do seu lugar comum – a casa – para se colocarem em marcha rumo às ruas, pois o assassinato de seus filhos significa o rompimento de suas relações de mãe e filho, e a cisão de um papel social primordial em suas vidas: a maternidade. As mães em luta batem na tecla de que tiraram

seu direito de ser mãe. Porém, ao não deixarem a memória de seus filhos se apagarem, exibem a continuidade de sua história familiar. Assim o fazem através de faixas, banners e camisetas com as imagens de seus filhos. E no caso das Mães de Acari, esse direito foi retirado com uma pitada de crueldade a mais – a de não poder enterrar seus filhos. Como relata uma das mães – Marilene – o objetivo último de sua procura é dar um enterro digno a seus filhos. A militância em um coletivo de mães também é um fator de continuidade de sua relação com seu filho e de sua maternidade. Expor essas mortes em espaços públicos é uma das ferramentas que as mães dispõem, para que os assassinatos não caiam no esquecimento de mais um caso corriqueiro no dia a dia de uma cidade grande brasileira como o Rio de Janeiro, e como apontam Vianna e Farias, uma “baixa de guerra” e, portanto, algo desimportante.

A questão de gênero aparece muito forte em todos os movimentos de mulheres que lutam contra violência policial materializada no assassinato de jovens periféricos. Em grande parte dos casos os grupos reivindicadores de justiça são compostos apenas por mulheres – mães que perderam seus filhos. As mulheres entendem a busca por justiça como uma missão inerente a elas, natural e definitiva. Faz parte do papel de mãe seguir os rastros que levem à honra da memória de seus filhos. Dentro de uma família, cabe à mulher historicamente, dentro de nossa construção social, tudo o que se refere ao cuidado: mais uma vez essas figuras estariam cuidando de seus entes que tiveram suas vidas ceifadas brutalmente.

As Mães de Acari têm consciência que a não elucidação do assassinato de seus filhos têm total relação com sua condição: mulheres, negras, pobres e moradoras de favela. Ou seja, o racismo institucional impede seu acesso à justiça. O Estado trata não só seus filhos como seres matáveis, mas a elas como sujeitos desprezáveis. Como afirma Araújo, o Estado se recusa a “reconhecer o pleno pertencimento à sociedade dos indivíduos em situação de inferioridade social” (ARAÚJO, 2007, p. 89).

As Mães de Acari procuram os espaços públicos não porque estão preocupadas com a eficácia jurídico-legal de tais ambientes, mas porque, através da sua luta, permanecem vivas, dia a dia, em busca de redes de solidariedade que extrapolem elas próprias. O mais importante para essas mulheres é o vínculo entre essa rede ampla que elas obtiveram ao longo de 30 anos de luta incessante pela memória, justiça e verdade de seus filhos. A maior justiça não é a punição dos assassinos e sim a sua vida ser preservada diariamente e seus filhos não terem sido apagados da roda da História do Estado do Rio de Janeiro e do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos de mães que surgem após tragédias abatidas sobre as famílias com os assassinatos de seus entes queridos por forças policiais têm um recado a ofertar ao Estado: não vão se calar diante das atrocidades cometidas por aquele que deveria garantir

segurança, cidadania, dignidade, educação, saúde, e todos os direitos civis que constam na Constituição. Como relata uma mãe: “são pessoas de dentro da comunidade que não aguentam mais ficar calados, vendo seus filhos serem assassinados. Se o país não tem pena de morte, porque que toda comunidade favelada está condenada à morte e à exclusão?” (FARIAS, 2007, p. 148).

As Mães de Acari simbolizam a luta por justiça mais ampla – a que é contra o extermínio dos jovens negros no Brasil, tendo sido precursoras nessa luta.

Essas mulheres fazem parte de um conjunto maior de familiares de vítimas de violência policial que existe nacionalmente, mas sobretudo no Rio de Janeiro, que vão de encontro ao Estado para interpelá-lo em decorrência do sofrimento causado pela violência direta ou pela incapacidade de o Estado promover segurança pública, sobretudo nos espaços periféricos e segregados.

As Mães de Acari representaram um grito dessa comunidade de pessoas que têm seus direitos furtados pelo Estado constantemente. Esse movimento é de suma importância para escancarar o problema social grave no qual a democracia se alicerça: extermínio de populações que não são do interesse do Estado fornecer Justiça, direitos sociais, civis e políticos.

O caminho traçado pelas Mães de Acari rumo à resolução foi penoso e o seu desígnio final não foi alcançado: o aparecimento dos corpos dos seus filhos para que elas os enterrassem; o atestado de óbito emitido pelo Estado; o julgamento e a subsequente condenação dos policiais envolvidos no sequestro, tortura e assassinato dos jovens negros residentes em Acari e adjacências.

Entretanto, elas ganharam em força para seguir vivendo mesmo com a ausência diária de seus meninos e meninas as massacrando; solidariedade; consciência de classe; conhecimento de seus direitos enquanto cidadãs; consciência política. Essas conquistas simbólicas se exemplificam nas falas das mães captadas por Brites e Fonseca: “Ao fazerem-nos os relatos dessa época, as mães insistiam no quanto encontravam consolo na interação com outras pessoas que sentiam “na pele” aquela mesma dor e compartilhavam relatos sobre as moléstias físicas que as assolavam” (BRITES e FONSECA, 2013, p. 862).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta**: a experiência das Mães de Acari. 2007. 168 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRITES, J.; FONSECA, C. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, n. 209, p. 858-877, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n209/n209a05.pdf>. Acesso em: 11/11/2019.

FARIAS, J.; VIANNA, A. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. DOI 10.1590/S0104-83332011000200004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>. Acesso em: 09/05/2019.

FARIAS, J. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria e Sociedade**, v. 15 n. 2, p. 138-171, jul./dez. 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4905896/mod_resource/content/1/artigo%20-%20Quando%20a%20exce%C3%A7%C3%A3o%20vira%20regra-%20os%20favelados%20como%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mat%C3%A1vel%20e%20sua%20luta%20por%20sobreviv%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 25/10/2019.

FELTRAN, G. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010. DOI 10.1590/S0102-64452010000100009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100009>. Acesso em: 30/09/2019.

Jornal O Globo. Num crime nunca resolvido, 11 jovens de Acari foram mortos em Magé, em 1990. Rio de Janeiro, 02/09/2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/numcrime-nunca-resolvido-11-jovens-de-acari-foram-mortos-em-mage-em-1990-9795504>. Acesso em: 15/11/2019.

NOBRE, C. **Mães de Acari**: Uma História de Luta contra a Impunidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 172 p.

NOBRE, C. **Mães de Acari**: Uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro: PUC Rio: Pallas, 2005. 220 p.

PAIVA, L. F. S. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O público e o privado**, Ceará, n. 26, p. 269-281, 2015. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/jage=article&op=view&path%5B%5D=1414&path%5B%5D=1345>. Acesso em: 22/10/2019.

POOLE, DAS. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, n. 27, p. 19-52, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913917002>. Acesso em: 12/11/2019.

RODRIGUES, A. Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 104-127, 2017. DOI 10.12957/geouerj.2017.32058. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.32058>. Acesso em: 14/11/2019.

VELOSO, F; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica, **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221- 246, 2008. DOI 10.1590/S0034-71402008000200006 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso em: 24/08/2019.

DA CUNHA, C. V. **Oração de traficante**: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO - Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa em Cidadania e Estado, no eixo temático Instituições e Poder, é mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa em processos jornalísticos com pesquisa sobre o jornalismo sindical e o processo de produção da notícia no meio paranaense. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pelo Centro Universitário Uninter e Especialista em Docência em EaD pela Uninter e em Comunicação Empresarial e Institucional pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Educação e Letras (Facel). É coordenador do grupo de pesquisa da Uninter sobre transparência pública passiva e ativa a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e seus reflexos no jornalismo, e editor assistente da Revista Uninter de Comunicação (RUC). Atualmente é professor nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e em Marketing Digital do Centro Universitário Uninter atuando em disciplinas como teorias da comunicação, teorias do jornalismo, produção gráfica, jornalismo online, jornalismo de dados, planejamento de produtos digitais, redação para web, produção de inovações em jornalismo, narrativas contemporâneas, diagramação e layout, composto mercadológico, campanha publicitária, dentre outras. Como jornalista, tem experiência em assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, jornalismo político e jornalismo de dados. É integrante da agência Livre.jor, que é a primeira atividade de acompanhamento sistemático de dados públicos relacionados ao Paraná. É produtor de material didático e livros teóricos no campo da comunicação para a Editora Intersaberes, como Jornalismo de dados Conceitos, rotas e estrutura produtiva e Conceitos fundamentais de planejamento e produção gráfica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81

Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br